

AÇÃO PENAL 2.422 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	: NELSON RIBEIRO FONSECA JUNIOR
ADV.(A/S)	: CAROLINA BARRETO SIEBRA

VOTO

O Senhor Ministro **CRISTIANO ZANIN** (Vogal): Enfatizo, logo ao início, que acompanho integralmente o Relator quanto à procedência da pretensão punitiva, entendendo incontroversas materialidade e autoria, embora divirja, em alguns pontos, quanto à dosimetria da pena, nos termos a seguir delineados.

Feita essa consideração, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão punitiva deduzida na denúncia, para **CONDENAR o réu NELSON RIBEIRO FONSECA JUNIOR**, já qualificado nos autos, nas seguintes imputações: **art. 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito)**, **art. 359-M (golpe de Estado)**, **art. 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado)**, **art. 288, parágrafo único (associação criminosa armada)**, **todos do Código Penal**, e **art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998 (destruição e deterioração de bens e patrimônios tombados)**, na forma do art. 29, *caput*, e do artigo 69, *caput*, ambos igualmente do Código Penal.

1. Dosimetria da pena

Neste momento, passo a dosar as penas quanto aos delitos imputados.

1.1 Do artigo 359-L do Código Penal

Na **primeira fase** de fixação da pena, analiso as circunstâncias elencadas no artigo 59 do Código Penal.

O réu não registra **antecedentes penais**, não constando dos autos condenações criminais definitivas capazes de autorizar o aumento da pena. A **personalidade do acusado** e a **conduta social** não estão delineadas nos autos. O direito penal, aliás, é do fato, e não do autor. Os **motivos** e as **consequências** do crime não merecem maiores considerações e desdobramentos, pois resvalam nas elementares do tipo penal em alusão (HC 229.436 AgR/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 25/8/2023; HC 117.599/SP, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 14/2/2014; HC 121.758/PA, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 2/2/2015; HC 92.274/MS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 7/3/2008).

A **culpabilidade** e as **circunstâncias**, por sua vez, mostraram-se gravíssimas, pois os atos criminosos foram praticados em concurso de inúmeras pessoas, por meio de invasões, depredação e vandalismo causadores de impactos imensuráveis. A reprovabilidade da conduta é imensa, tendo o denunciado elaborado vídeos, compartilhado imagens e produzido materiais do episódio destrutivo, revelando dolo intenso de praticar a criminosa conduta e desprezo quanto a uma eventual persecução penal.

Atento a essas diretrizes, fixo-lhe a pena base em 5 (cinco) anos de reclusão para o delito do art. 359-L, montante que reputo razoável e proporcional.

Na **segunda fase** de aplicação da pena, não há atenuantes nem agravantes, **mantendo-se a pena no patamar anteriormente fixado**.

Rejeito a aplicação dos artigos 65, III, “d” e “e”, do Código Penal. Primeiro, porque o réu em momento algum admitiu os fatos, limitando-se a mencionar que participava de “pacíficas manifestações”; segundo, porque é evidente que ele deu causa à turbulência provocada.

Na terceira fase de aplicação da pena, não vislumbro a presença de qualquer causa de diminuição ou aumento, razão pela qual fixo a pena, definitivamente, em 5 (cinco) anos de reclusão para o delito do art. 359-L.

1.2 Do artigo 359-M do Código Penal

O réu não registra **antecedentes penais**, não constando dos autos condenações criminais definitivas capazes de autorizar o aumento da pena. A **personalidade do acusado** e a **conduta social** não estão delineadas nos autos. O direito penal, aliás, é do fato, e não do autor. Os **motivos** e as **consequências** do crime não merecem maiores considerações e desdobramentos, pois resvalam nas elementares do tipo penal em alusão (HC 229.436 AgR/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 25/8/2023; HC 117.599/SP, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 14/2/2014; HC 121.758/PA, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 2/2/2015; HC 92.274/MS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 7/3/2008).

A **culpabilidade** e as **circunstâncias**, por sua vez, mostraram-se gravíssimas, pois os atos criminosos foram praticados em concurso de inúmeras pessoas, por meio de invasões, depredação e vandalismo causadores de impactos imensuráveis. A reprovabilidade da conduta é imensa, tendo o denunciado elaborado vídeos, compartilhado imagens e produzido materiais do episódio destrutivo, revelando dolo intenso de praticar a criminosa conduta e desprezo quanto a uma eventual persecução penal.

Atento a essas diretrizes, fixo-lhe a pena base em 5 (cinco) anos de reclusão para o delito do art. 359-M, montante que reputo razoável e proporcional.

Na segunda fase de aplicação da pena, não há atenuantes nem

agravantes, **mantendo-se a pena no patamar anteriormente fixado.**

Rejeito a aplicação dos artigos 65, III, “d” e “e”, do Código Penal. Primeiro, porque o réu em momento algum admitiu os fatos, limitando-se a mencionar que participava de “pacíficas manifestações”; segundo, porque é evidente que ele deu causa à turbulência provocada.

Na **terceira fase** de aplicação da pena, não vislumbro a presença de qualquer causa de diminuição ou aumento, razão pela qual **fixo a pena, definitivamente, em 5 (cinco) anos de reclusão para o delito do art. 359-M.**

1.3 Do art. 163, Parágrafo Único, do Código Penal

Na **primeira fase** de fixação da pena, analiso as circunstâncias elencadas no artigo 59 do Código Penal.

O réu não registra **antecedentes penais**, não constando dos autos condenações criminais definitivas capazes de autorizar o aumento da pena. A **personalidade do acusado** e a **conduta social** não estão delineadas nos autos. O direito penal, aliás, é do fato, e não do autor. A **culpabilidade**, os **motivos**, as **circunstâncias** e as **consequências** do crime merecem profunda consideração, tendo em vista o emprego de intensa violência contra pessoas e instituições públicas, o uso de substâncias inflamáveis ou explosivas e o considerável prejuízo ao Estado, numa trama delitiva praticada em concurso de vários agentes

Emerge, pois, a aplicação do art. 163, parágrafo único, incisos I a IV. Utilizo uma das qualificadoras para a fixação da pena-base neste momento da dosimetria e as três remanescentes para o aumento da punição, reputando razoável e proporcional, em razão do contexto fático evidenciado, o *quantum* de **1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção.**

Na **segunda fase** de aplicação da pena, não há atenuantes nem agravantes, **mantendo-se a pena no patamar anteriormente fixado.**

Rejeito a aplicação dos artigos 65, III, “d” e “e”, do Código Penal. Primeiro, porque o réu em momento algum admitiu os fatos, limitando-se a mencionar que participava de “pacíficas manifestações”; segundo, porque é evidente que ele deu causa à turbulência provocada.

Na **terceira fase** de aplicação da pena, não vislumbro a presença de qualquer causa de diminuição ou aumento, razão pela qual fixo a pena, definitivamente, em **1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção para o delito do art. 163, parágrafo único, I, II, III e IV, do Código Penal.**

Quanto à **pena pecuniária**, condeno o réu, ainda, ao pagamento de **30 (trinta) dias-multa**, devendo cada dia-multa ser calculado à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato, devidamente corrigido (art. 49 do Código Penal).

1.4 Do art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998

Na **primeira fase** de fixação da pena, analiso as circunstâncias elencadas no artigo 59 do Código Penal.

O réu não registra **antecedentes penais**, não constando dos autos condenações criminais definitivas capazes de autorizar o aumento da pena. A **personalidade do acusado** e a **conduta social** não estão delineadas nos autos. O direito penal, aliás, é do fato, e não do autor. A **culpabilidade**, os **motivos**, as **circunstâncias** e as **consequências** do crime merecem profunda consideração, tendo em vista o emprego de intensa violência e o uso de inúmeras ferramentas para perpetrar os extraordinários danos contra os bens da República naquela ocasião, numa

trama delitiva praticada em concurso de vários agentes.

Reputo razoável e proporcional, em razão do contexto fático evidenciado, o *quantum* **de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão.**

Na **segunda fase** de aplicação da pena, não há atenuantes nem agravantes, **mantendo-se a pena no patamar anteriormente fixado.**

Rejeito a aplicação dos artigos 65, III, “d” e “e”, do Código Penal. Primeiro, porque o réu em momento algum admitiu os fatos, limitando-se a mencionar que participava de “pacíficas manifestações”; segundo, porque é evidente que ele deu causa à turbulência provocada.

Na **terceira fase** de aplicação da pena, não vislumbro a presença de qualquer causa de diminuição ou aumento, razão pela qual fixo a pena, definitivamente, em **1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão para o delito do 62, I, da Lei n. 9.605/1998.**

Quanto à **pena pecuniária**, condeno o réu, ainda, ao pagamento de **15 (quinze) dias-multa**, devendo cada dia-multa ser calculado à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato, devidamente corrigido (art. 49 do Código Penal).

1.5 Do art. 288, Parágrafo Único, do Código Penal

Na **primeira fase** de fixação da pena, analiso as circunstâncias elencadas no artigo 59 do Código Penal.

O réu não registra **antecedentes penais**, não constando dos autos condenações criminais definitivas capazes de autorizar o aumento da pena. A **personalidade do acusado** e a **conduta social** não estão delineadas nos autos. O direito penal, aliás, é do fato, e não do autor. A

culpabilidade, os **motivos**, as **circunstâncias** e as **consequências** do crime merecem profunda consideração, tendo em vista o emprego de intensa violência e o uso de inúmeras ferramentas para perpetrar os extraordinários danos contra os bens da República naquela ocasião, numa trama delitiva praticada em concurso de vários agentes.

Reputo razoável e proporcional, em razão do contexto fático evidenciado, o *quantum* de **1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão**.

Na **segunda fase** de aplicação da pena, não há atenuantes nem agravantes, **mantendo-se a pena no patamar anteriormente fixado**.

Rejeito a aplicação dos artigos 65, III, “d” e “e”, do Código Penal. Primeiro, porque o réu em momento algum admitiu os fatos, limitando-se a mencionar que participava de “pacíficas manifestações”; segundo, porque é evidente que ele deu causa à turbulência provocada.

Na **terceira fase** de aplicação da pena, desponta a causa de aumento inculpada no art. 288, parágrafo único (emprego de armas). Reputo razoável e proporcional o aumento de 1/3 (um terço) e alcanço o patamar definitivo de **2 (dois) anos de reclusão** para o crime do art. 288, parágrafo único, do CP.

1.6 Do concurso material

Vislumbro aplicável ao caso o concurso material entre os delitos.

A despeito da complexidade e das nuances que as contingências fáticas da espécie carregam, é válido lembrar que a distinção essencial entre o concurso material e o concurso formal reside na aferição da conduta executada. Com efeito, enquanto no primeiro há pluralidade de delitos e de ofensas a bens jurídicos por meio de várias condutas, no

segundo ocorre uma mesma pluralidade de crimes, mas estes são praticados por meio de uma unidade de ação (PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. *Manual de Direito Penal*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 407).

Dito isso, relembro que os réus exerceram os delitos por meio de ações autônomas, exercidas em contextos temporais e espaciais bastante distintos: irromperam atos de ameaça, agressão, violência, invasão e depredação, muitos praticados por longas horas, além de tentativas de embaraçar ou destituir o exercício dos poderes e o próprio governo constituído.

Comportamentos múltiplos e diferenciados, vê-se, que refletem a variação de condutas que o art. 69, do CP, demanda.

Diante, portanto, do concurso material de crimes, tendo em vista os contextos fáticos autônomos e diversos, totalizo a pena privativa de liberdade, DEFINITIVAMENTE, em 15 (QUINZE) ANOS, SENDO 13 (TREZE) ANOS E 6 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO E 1 (UM) ANO E 6 (SEIS) MESES DE DETENÇÃO, devendo a primeira ser executada inicialmente, na linha do art. 69 do CP.

Atinge-se também a pena pecuniária de 45 (quarenta e cinco) dias-multa, que deverão ser calculados à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato, devidamente corrigido, nos termos do artigo 49, § 1º, do CP.

Acompanho integralmente o Relator quanto às demais providências consignadas na decisão.

É o voto.